

As marcas linguísticas na construção das representações discursivas de vítima em inquéritos policiais

João Gomes da Silva Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

*Maria de Fátima Silva dos Santos*¹

Secretaria Municipal de Educação de Santa Cruz/RN, Brasil

Abstract:

This paper aims at aspects of a study on the textual analysis of legal discourse, focusing on the discursive representation of the victim in police inquiry documents related to cases of investigation of violence against women. The study is part of the general theoretical framework of Text Linguistics (LT) and, more specifically, of Textual Discourses Analysis, drawn up by the linguist Jean-Michel Adam (2011a). The concept of discursive representation proposed by TDA is one of the most important categories related to the semantic configuration in this analytical approach.

Keywords: discursive representation, language linguistic feature, police in inquiry, textual analysis of legal discourse

Palavras-chave: representações discursivas, marcas linguísticas, inquérito policial, análise textual dos discursos

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa sobre as representações discursivas de vítima em textos de inquéritos policiais. O estudo insere-se no âmbito teórico geral da Linguística de Texto, mais especificamente, na Análise Textual dos Discursos (ATD), proposta pelo linguista Jean-Michel Adam (2011a). O conceito de *representação discursiva*, conforme desenvolvido pela ATD, constitui um dos aspectos mais importantes da dimensão semântica do texto e é, aqui, complementado pelos trabalhos de Grize (1996), a partir da noção de esquematização discursiva. A representação discursiva é responsável pela união, descrição e caracterização de elementos

¹ Bolsista da CAPES – Proc. nº BEX 3002/2015-2.



imprescindíveis no constructo textual, a saber, o locutor/enunciador, o interlocutor/ouvinte-leitor e os temas abordados, num contexto concreto de uso da linguagem (cf. Adam, 2011a).

Seguindo princípios da pesquisa documental, de base qualitativa, exploramos um *corpus* constituído por nove inquéritos policiais relacionados a crimes de violência praticados contra a mulher. Nossa hipótese é que as escolhas linguísticas utilizadas para construir uma determinada representação, no caso, a representação discursiva de vítima, são feitas em função de um determinado propósito argumentativo, de acordo com as intenções do enunciador (sua visada discursiva) – defender(-se) e/ou acusar, incriminar. Nos procedimentos de análise, utilizamos as categorias teóricas da representação discursiva, como a referenciação, a predicação, a modificação, a localização espaço-temporal e a comparação.

Em sua estrutura, este artigo encontra-se assim organizado: inicialmente, apresentamos a abordagem da pesquisa, com uma breve descrição do *corpus*; dando prosseguimento, apresentamos nosso referencial teórico, com uma breve retomada do conceito de representação discursiva e de suas categorias semânticas, a saber, a referenciação, a predicação, a modificação, a localização espaço-temporal e a comparação, seguidos de excertos e resultados da análise das representações discursivas de vítima em uma amostragem de documentos de inquérito policial; por fim, tem-se a conclusão, seguida das referências bibliográficas.

1. A noção de representação discursiva

Para Adam (2011a, p. 113), “toda proposição enunciada possui um valor descritivo. A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável”. Em outras palavras, uma representação semântica do discurso constrói-se, minimamente, a partir de “[...] um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal”. Semanticamente, uma proposição pode, também, reduzir-se a um nome e a um adjetivo.

A esse respeito, Rodrigues *et al.* (2010, p. 173), em consonância com Adam (2011a), observam que “[...] toda proposição, na condição de ‘microuniverso semântico’, constitui uma representação discursiva mínima”. Nessa perspectiva, segundo esses autores, “a dimensão



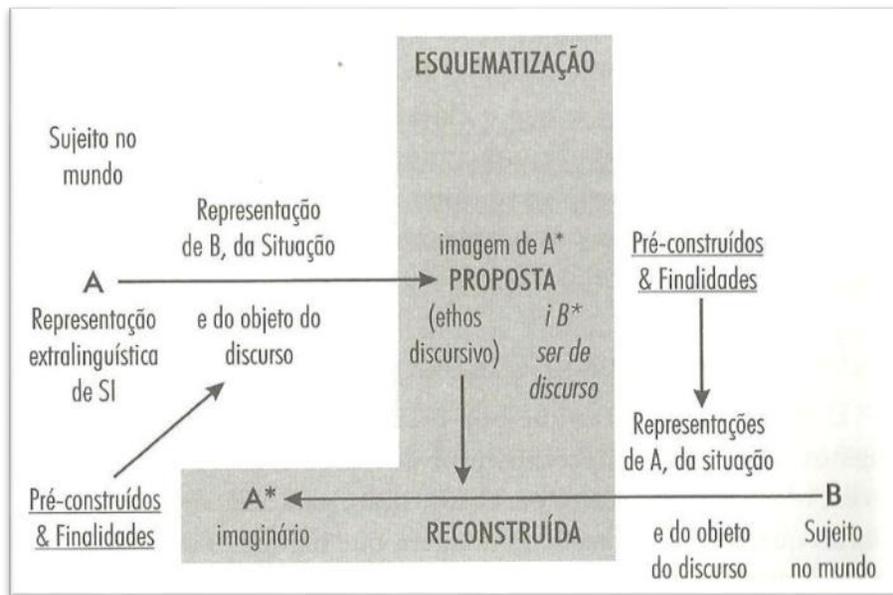
referencial da proposição apresenta uma certa ‘imagem’ do(s) referente(s) discursivo(s), posto que cada expressão utilizada categoriza ou *perspectiva* o referente de uma certa maneira”. Assim, nessa perspectiva, a linguagem faz referência e o texto passa a ser concebido como uma proposição de mundo que solicita do sujeito interpretante uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo, ou representação discursiva.

Na linguística da enunciação, conforme Adam (2011a, p. 115), “[...] o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística”. Desse modo, “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados” (Rodrigues *et al.*, 2010, p. 173). Assim, nessa perspectiva, pode-se afirmar que o sujeito falante sabe que a língua nem sempre pode dizer tudo e que, em certas situações, a comunicação pode falhar, mas ele sabe, também, que isso não é suficiente para impedir a referência ao mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos coenunciadores.

Adam (2011b) aproxima a noção de representação discursiva daquilo que Grize (1996) designa como imagem do locutor no modelo que ele propõe de esquematização: “O conceito-chave da lógica natural [...] é o de esquematização, portanto, de representação discursiva” (Grize, 1996, p. 79). Para Adam (2011b, p. 96), a representação discursiva pode ser abordada com base na noção de esquematização proposta por Grize (1996) e, para isso, aponta quatro motivos. Primeiro, porque qualquer “atividade discursiva” origina uma esquematização que remete tanto a um processo (enunciação) quanto a um resultado (enunciado). Segundo, porque esquematizar significa construir uma representação discursiva parcial e seletiva de uma realidade, de modo que qualquer discurso constrói uma espécie de microuniverso semântico, que envolve sempre uma dimensão descritiva. Terceiro, porque a coerência do microuniverso construído pela atividade de esquematização discursiva encontra-se marcada por dois fatores: a finalidade do esquematizador e as expectativas que o esquematizador prepara para o seu auditório. Quarto, porque “[...] toda esquematização é uma proposição de imagens”. Desse modo, entende-se que é preciso distinguir o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso. Por sujeito no mundo, Adam (2011b) entende a pessoa do orador com sua função (lugar) e o(s) papel(eis) que



assume(m), com seus fins próprios, seus pré-construídos culturais e representações da situação de enunciação, do objeto do seu discurso, do auditório e as representações psicossociais de si mesmo. É o que nos mostra a Figura 1, reproduzida de Adam (2011b), que sintetiza o sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso.



Fonte: Adam (2011b, p. 108)

Conforme ilustrado na Figura 1, B é um sujeito no mundo que tem uma representação de A anterior ao discurso – presente (ou ausente) em sua memória discursiva. Adam (2011b) afirma que é justamente do confronto dessa representação psicossocial de A com o *ethos* esquematizado do orador que surge a figura do outro, um outro sempre imaginário. A esse respeito, Grize (1996, p. 69) postula: “Eu denomino representação aquilo que é relativo a A e B, e imagem aquilo que é ‘visível no texto’”. Deste modo, esquematização é uma proposição de imagens – imagem do esquematizador em (A), imagens do coesquematizador em (B), imagens do tema do discurso em (T). Conforme se observa, o autor considera, portanto, do ponto de vista discursivo, que qualquer esquematização sugere a construção de três imagens de base; Adam (2011b), por sua vez, insiste



sobre as imagens da situação de interação sociodiscursiva em curso, as imagens da língua do outro ou daquela que o outro espera que se produza e as imagens da materialidade do discurso.

De acordo com essa perspectiva, Caldes (2009), por sua vez, em concordância com os estudos de Grize (1990), afirma que, enquanto representação discursiva, uma esquematização assume um caráter tanto seletivo quanto funcional. Isso acontece porque

[...] quem esquematiza seleciona, de entre as imagens possíveis, a que melhor se adequa à situação de interação em causa. Por outro lado, na medida em que toda esquematização se orienta em função de um interlocutor, assume-se que ela visa, de alguma forma, intervir sobre ele, em outros termos, induzi-lo a participar do ‘universo de sentido’ proposto pelo próprio discurso. (Caldes, 2009, p. 67).

Com efeito, quando nos comunicamos, fazemo-lo por recurso a uma esquematização ou, nas palavras de Adam (2011b), a uma representação discursiva. Logo, em situações reais de interação, o locutor constrói uma representação da situação da qual participa, ou seja, constrói imagens não apenas do seu interlocutor e do tema ou objeto de seu discurso, mas também de si mesmo enquanto interveniente no processo comunicativo.

De acordo com Amossy (2011, p. 9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Para isso, no entanto, a autora acrescenta, logo em seguida, que o locutor não precisa, necessariamente, fazer o seu autorretrato, tão pouco detalhar suas qualidades nem falar de si. Isso porque, conforme Amossy (*Ibidem*), “seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa”. Assim, o locutor efetua em seu discurso uma representação de si. Contudo, conforme ressalta a autora, essa representação de si não se limita a uma técnica apreendida ou a um artifício: ela se efetua, frequentemente, na interação com o outro, nas trocas verbais mais corriqueiras e mais pessoais.



1.1 Categorias teóricas de construção das representações discursivas

1.1.1 Referenciação

Conforme nos informam Koch e Elias (2006), a referenciação é concebida como o resultado de um processamento estratégico dinâmico e, sobretudo, intersubjetivo, que se estabelece no quadro das interações entre sujeitos sociais atuantes, capaz de se transformar no curso dos desenvolvimentos discursivos, de acordos e desacordos. Essa perspectiva é assinalada pela substituição do termo *referência* por *referenciação*, visto que passam a ser objetos de análise as atividades de linguagem realizadas por sujeitos históricos e sociais em interação, sujeitos que constroem mundos textuais cujos objetos não espelham fielmente o mundo real, mas são interativa e discursivamente construídos em meio às práticas sociais, ou seja, são *objetos-de-discursos*.

Por sua vez, ao tratar da referenciação, Cavalcante (2011) apresenta duas maneiras de abordar os objetos de discurso dentro de um texto. A primeira maneira prioriza a manifestação das expressões referenciais no cotexto para descrever diferentes processos de introdução, de anáfora e de *déixis*. A segunda, prioriza uma construção sociocognitiva e discursiva do objeto de discurso, em detrimento do critério primário da explicitação das expressões referenciais. De acordo com a primeira abordagem, existem duas possibilidades de introdução do referente: na primeira possibilidade, as entidades (objetos de discurso) são introduzidas no texto pela primeira vez por meio da ocorrência de introdução referencial; na segunda, os referentes já mencionados no texto são evocados por pistas explícitas no cotexto, isto é, de anáforas. No primeiro caso, as expressões referenciais têm a função de introduzir, formalmente, um novo referente no universo discursivo. Já no segundo, têm a função de promover a continuidade de referentes já estabelecidos no universo discursivo. Observe-se o exemplo (1), extraído de nosso *corpus*:

- (1) “**A vítima** 1 compareceu a esta Unidade Policial para informar que [1] manteve um relacionamento com **o autor** 2 durante oito anos, não tendo filhos com **o mesmo** 2. Todavia, [1] relatou que acerca de três meses [1] rompeu sua relação, em virtude de não ter



sentimentos por **este** 2, alegando ainda não suportar mais o fato de ter que se relacionar com **ele** 2 na prisão, onde [2] cumpria pena por tráfico de drogas.”.

Nesse fragmento, composto por dois períodos, os referentes – “a vítima” e “o autor” – são introduzidos formalmente no texto, pela primeira vez, na forma de sintagma nominal (SN) que tem um artigo definido por determinante. O referente “a vítima” é retomada pelo pronome elíptico *ela* [1]. Por sua vez, o referente “o autor” é evocado pelas expressões anafóricas “o mesmo”, “este”, “ele” e pelo pronome elíptico *ele* [2]. Essas duas possibilidades de introdução de referentes textuais são designadas por Koch e Elias (2006, p. 127) pelos termos “[...] ativação ‘ancorada’ e ‘não ancorada’”. Assim, a introdução será “não ancorada” quando um objeto de discurso totalmente novo é introduzido no texto. Têm-se “uma ativação ancorada” sempre que um novo objeto é introduzido no texto, com base em algum tipo de associação com elementos já presentes no cotexto ou no contexto sociocognitivo.

1.1.2 Modificação

A modificação refere-se às qualidades ou propriedades atribuídas tanto aos referentes (objetos de discurso) como também aos verbos em enunciados ou estruturas de predicções. Queiroz (2013, p. 67) define a modificação como “[...] a categoria que apresenta as propriedades ou qualidades tanto dos referentes como das predicções, por isso, essa categoria semântica pode ser subdividida em modificação da referenciação e modificação da predicção.”. Vejam-se os exemplos (2), (3), (4) e (5), também de nosso *corpus*, a seguir:

- (2) “a vítima e o filho chegaram **nervosos e chorando**”
- (3) “Que a vítima [...] foi **agredida verbalmente** por esta, pelo sogro e a sogra”
- (4) “Que a depoente também soube por meio da vítima de que esta, **desorientada** com a situação”
- (5) “Que a vítima [...] ficou **com medo** de que algo lhe acontecesse”



Como se vê, a modificação está relacionada tanto ao sujeito, por meio de adjetivos ou expressões adjetivas (4), quanto às ações verbais dos predicados, por meio das circunstâncias adverbiais (2), (3) e (5).

1.1.3 Predicação

Essa categoria semântica não se encontra em Adam (2011a), mas será utilizada neste trabalho como uma categoria de análise, tendo em vista que a predicação (verbal) é uma operação que remete, segundo Rodrigues *et al.* (2010, p. 175), “[...] tanto à operação de seleção dos predicados, no sentido amplo (ações, estados, mudanças de estado etc.), como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado.”. Veja-se o exemplo (6), também de nosso *corpus*, a seguir:

(6) A vítima **relata** que foi **agredida** pelos sogros e a cunhada, que **residem** praticamente no mesmo imóvel, que todos os autores do fato lhe **agrediram** todos juntos. A vítima **informa** que foi **agredida** e **ameaçada** de morte pelo cunhado. **Informa** também que o mesmo **a chamou de** rapariga e de cachorra e que **iria** lhe quebrar a cara.

Com relação ao papel que os verbos desempenham em um enunciado, Neves (2006) afirma que além de assumirem uma posição central numa estrutura predicativa, são responsáveis pelo acionamento de uma estrutura argumentativa, podendo indicar as seguintes funções: ação (função de sujeito agente); processo (sujeito afetado ou experimentador); ação-processo (sujeito agente/causativo e sujeito afetado/efetuado); e estado (sujeito neutro ou inativo). Por sua vez, Perini (2010, p. 135) nos informa que “Quando conhecemos o verbo de uma oração – isto é, seu significado e os complementos com que ele coocorre – podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura.”. Cita como exemplo o verbo *confiar*: a presença desse verbo em uma oração prevê que haverá um sujeito com o papel temático de Experienciador, que por sua vez, exige um complemento governado pela preposição *em*, com o papel de Causador de experiência, como em (7):



(7) Paulo a **agredia** fisicamente, alegando que **não tinha** confiança nela, sendo doente de ciúme.

Importa ressaltar, ainda, que o sujeito pode ter várias funções semânticas. Observe-se que em (7), o sujeito assume dois papéis temáticos; no primeiro caso, ele assume o papel temático de Agente da ação verbal (“agredia”). No segundo caso, Paulo é o Experienciador, ou seja, é o ser que experimenta um fenômeno interno, emocional (“não tinha confiança nela, sendo doente de ciúme”). Conforme nos informa Perini (*op. cit.*, p. 147), o “papel temático é a relação semântica que existe entre o verbo e os diversos sintagmas que co-ocorrem com ele na oração”. Em outras palavras, o papel temático diz respeito à “[...] relação de significado que liga uma palavra que exprime ação, estado ou evento (muitas vezes um verbo, mas nem sempre) com as unidades que exprimem os participantes dessa ação, estado ou evento” (Perini, 2006, p. 121).

1.1.4 Localização

Essa categoria semântica é um desdobramento da operação de “relação por contiguidade” proposta por Adam (2011a). Segundo Rodrigues *et al.* (2010), “[...] a localização indica as circunstâncias espaço-temporais nas quais se desenvolvem os processos e os participantes”. Veja-se essa ocorrência nos exemplos (8) e (9) a seguir, extraídos de nosso *corpus*:

(8) Local do fato: **Residência do acusado**

Data e hora do fato: **16/03/2012, por volta das 20 horas.**

(...)

Relata a vítima que o acusado chegou **na data acima citada, em sua residência**, chamando-a para ver uma TV **em sua casa**, na intenção de fazerem negócio. Que quando a vítima entrou **na casa do acusado**, o mesmo foi logo fechando a porta, tirou sua blusa e baixou sua roupa íntima. Que o acusado amarrou as mãos da vítima com uma camisa e tampou sua boca com uma camisa. Que o acusado tocou nos seios da vítima e fez sexo oral nela. Que em seguida a mesma conseguiu tirar o pano da boca e gritar; e conseguiu abrir a porta e sair correndo.



(9) A vítima compareceu a esta Unidade Policial e disse que viveu em união estável com o acusado por **06 meses**, e que estão separados **há 02 meses**; que o acusado **na última sexta-feira (11/02/2011)**, invadiu **a residência da sua ex-companheira** e golpeou a mesma por várias vezes com uma faca do tipo peixeira [...].

Conforme se observa nos exemplos apresentados, o uso dessa categoria permite descrever em detalhes o local e o momento em que ocorreram os fatos relatados. Com relação à localização, Perini (2006) destaca o papel temático *localizando / local* em que o primeiro elemento expressa a posição, ou seja, indica a localização do evento descrito (“**a residência da sua ex-companheira**”). Já o segundo elemento, por sua vez, especifica o lugar em que se dar o evento ou estado expresso pelo verbo (“A vítima compareceu **a esta Unidade Policial**”); geralmente, esse papel é representado por um advérbio de lugar ou por um sintagma precedido de preposição.

1.1.5 Analogias

Essa categoria semântica é abordada neste trabalho como um desdobramento das operações de “relação por assimilação” proposta por Adam (2011a). A analogia é uma operação que estabelece relações semânticas de semelhanças entre termos distintos (cf. Ramos, 2011). Para Charaudeau (2012, p. 138) a analogia é “[...] um procedimento que consiste em pôr em correspondência os seres do universo e as qualidades que pertencem a âmbitos diferentes”. Ainda segundo esse autor, a analogia pode ser explícita, pelo emprego de termos de comparação e implícita, pelo aspecto de transferência de sentido (metáforas, metonímias). Observem-se essas ocorrências nos exemplos (10) e (11), a seguir, também de nosso *corpus*:

(10) Que lembra que no dia Pedro estava muito bagunceiro, motivo pelo qual mandou ele entrar em casa e não sair mais, e que a noite chegou a mãe dele, muito nervosa, dizendo que o filho dela não era **saco de pancada**.

(11) Que percebeu que Helena estava **fumaçando** e viu que vinha confusão.



Conforme se pode observar, nos exemplos apresentados, a analogia estabelece essa relação semântica de semelhança entre termos distintos, pelo emprego de metáforas e comparações.

2. Abordagem metodológica

No que diz respeito à metodologia, nosso estudo assume as características de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, tendo em vista que busca “[...] descrever/classificar características de uma situação e estabelece conexão entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto e os fatos coletados.” (Charoux, 2004, p. 39). A inserção no âmbito da pesquisa qualitativa apoia-se numa concepção segundo a qual essa abordagem investigativa “não se apoia na extensão da amostra ou número de informante, mas na riqueza e no detalhamento extraídos destas” (*op. cit.*, p. 38). Deste modo, nessa abordagem, enfatizamos não a quantificação de dados recolhidos, mas a importância das informações que podem ser geradas a partir de um estudo cuidadoso e crítico das fontes documentais.

2.1 Fonte dos documentos

Os documentos que constituem o *corpus* de nossa pesquisa foram coletados na Delegacia Especializada de Amparo à Mulher (DEAM – Zona Sul), na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. De um modo geral, o atendimento às mulheres nessa delegacia ocorre da seguinte forma: a denunciante é recebida por um agente policial que ouve a queixa e a registra no boletim de ocorrência. A fim de evitar maior constrangimento para a denunciante, o atendimento é feito em uma sala reservada (diferentemente das delegacias comuns, em que o registro é feito em local aberto). Conforme o caso, a vítima é encaminhada para realizar exame de corpo de delito no Instituto Técnico da Polícia Civil, para as assistências jurídicas gratuitas ou para outros serviços relacionados com a denúncia da vítima.

Nos casos de prisão em flagrante, em que o acusado é conduzido à delegacia pela polícia militar, é lavrado o auto de prisão do acusado. Caso contrário, se a vítima faz a denúncia sem que tenha sido feito o auto de prisão em flagrante, ao final do registro da ocorrência, é marcada uma audiência preliminar com a delegada ou a assistente social, em que serão ouvidos o acusado e a



vítima, a fim de que seja estabelecido um possível acordo entre as partes ou um encaminhamento para a representação criminal.

A depender do tipo de crime, a representação criminal poderá ser efetivada de duas formas. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo (com pena máxima de até dois anos) a vítima é encaminhada para registrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) no cartório da própria delegacia. Trata-se de um instrumento criado para dar agilidade à justiça. É como um boletim de ocorrência, porém mais detalhado, incluindo identificação e depoimento do autor, da vítima e das testemunhas. Com o TCO concluído, a delegacia encaminha-o para o Juizado Especial Criminal, terminando assim a sua participação no processo. Nos casos de crimes considerados pela lei de maior gravidade, a delegacia inicia o inquérito policial, no qual se ouvem as partes (vítima e acusado), as testemunhas, coletam-se as provas e monta-se toda a peça para ser levada ao Judiciário. O inquérito é concluído com o relatório final da delegada e o seu encaminhamento para o Poder Judiciário, terminando assim o trabalho da delegacia no caso.

2.2 Composição do *corpus*

O inquérito policial é composto por um conjunto de documentos de natureza distinta. Em virtude disso, será tratado como um conjunto de textos de gêneros diversos, cada um com suas especificidades genéricas, portanto, em função de seu papel institucional no trâmite policial e judiciário. Observem-se, logo adiante, os gêneros que constituem o inquérito policial (Quadro 1).

Autuação
Portaria
Juntada
Boletim de ocorrência
Termo de depoimento e declaração
Certidão
Auto de qualificação e interrogatório
Boletim de vida pregressa
Despacho
Ofícios



<p style="text-align: center;">Recibos Nota de culpa Requisição de exame médico legal Atestado Relatório</p>
--

Quadro 1: Gêneros que compõem o inquérito policial

As representações discursivas de vítima serão analisadas nos textos de quatro desses documentos, a saber: o Boletim de ocorrência, o Termo de depoimento e declarações da vítima e das testemunhas, o Auto de qualificação e interrogatório do acusado e o Relatório.

2.3 Seleção das categorias de análise

Para a análise das representações discursivas de “vítima”, selecionamos cinco categorias teóricas: a referenciação, a predicação, a modificação, a localização e a analogia. Na referenciação, identificaremos as designações nominais dos participantes ou referentes expressos por meio de sintagmas nominais. Na predicação, identificaremos os verbos relacionados aos participantes da relação predicativa, destacando os papéis temáticos desses verbos no enunciado. No tocante à modificação, observaremos as marcas linguísticas expressas por meio de adjetivos ou expressões equivalentes utilizadas para atribuir característica ou qualidades aos referentes e às predicções. Na localização, identificaremos os advérbios ou expressões equivalentes que expressam as circunstâncias de espaço e de tempo utilizados para compor as representações discursivas de vítima. Finalmente, na analogia, verificaremos a assimilação analógica (comparações, metáforas) nos enunciados. Observe-se, no Quadro 2, a seguir, uma síntese dessas categorias.

Categorias	Recursos linguísticos
Referenciação	Substantivos, pronomes
Predicação	Formas verbais
Modificação	Adjetivos, locuções adjetivas, advérbios
Localização	Advérbios, locuções adverbiais



Analogias	Metáforas, comparações
-----------	------------------------

Quadro 2: Síntese das categorias teóricas para a análise das Rd

Essas categorias inscrevem-se no discurso através de marcas linguísticas, fazendo com que ele se apresente como um verdadeiro retrato de sua enunciação (cf. Koch, 2011).

2.4 Procedimentos de análise

Para a análise, utilizamos os seguintes procedimentos:

- Leitura atenta do inquérito policial, com foco em quatro documentos distintos: o Boletim de ocorrência, o Termo de depoimento e declarações da vítima e das testemunhas, o Auto de qualificação e interrogatório dos acusados e o Relatório. Esses documentos mantêm entre si uma relação de complementaridade, em função do fluxo processual que orienta a estruturação sequencial do inquérito, de modo que o primeiro documento gera as circunstâncias determinantes para a produção do segundo, e este, por sua vez, para a produção do terceiro e assim consecutivamente.
- Codificação dos inquéritos, caracterizando-os pela natureza das ocorrências. Os documentos foram identificados pelas letras “IP”, seguidas de uma numeração crescente: IP01, IP02, IP03 e assim por diante. Para isso, utilizamos as denominações do próprio documento que especifica a natureza da ocorrência, conforme se observa no Quadro 3, logo adiante.

Codificação	Natureza da ocorrência
IP01	Violência doméstica / Agressão física e ameaça
IP02	Tentativa de estupro – Lei nº 12.015/09
IP03	Ameaça de morte – Lei nº 11.340/06
IP04	Tentativa de homicídio
IP05	Ameaça – Lei nº 11.340/06
IP06	Lesão corporal – Lei Maria da Penha
IP07	Ameaça / injúria – Lei nº 11.340/06
IP08	Ameaça e lesão corporal (auto de prisão em flagrante delito)
IP09	Ameaça – Lei nº 11.340/06

Quadro 3: Codificação e caracterização dos inquéritos policiais



- Transcrição e codificação dos enunciados. No caso, selecionamos os enunciados em que ocorrem expressões lexicais que referenciam a mulher na condição de vítima. Esses enunciados receberam a seguinte sinalização: En1, En2, En3 e assim sucessivamente.
- Feita a segmentação dos textos em enunciados, procedemos a um levantamento das ocorrências das marcas linguísticas que colaboram para a construção das representações discursivas de vítima. Para isso, tomamos por base a noção de período de Adam (2011a, p. 106), percebida como uma unidade textual, com a função de designar “[...] os conjuntos mais ou menos complexos de enunciados que entram na composição textual [...]”. Vale lembrar que na terminologia de Adam, período e proposição não se confundem. As proposições compõem os períodos, estes constituem as sequências, que por sua vez, constitui o todo do texto. A noção de período também não deve ser confundida com a noção de frase. Um período pode corresponder a várias frases, ligadas pelo critério de conexão. Assim, neste trabalho, sempre que fazemos referência ao termo “enunciado” a noção que se está evocando é a noção de período inscrita na ATD, conforme exemplificado, a seguir, em que o enunciado selecionado é formado por um conjunto de frases.

“Que a VÍTIMA foi à casa da sogra Tereza / para falar com Paula e / quando perguntou:
“Por que você fica esculhambando Pedro? / Paula começou a agredi-la verbalmente com
palavras de baixo calão do tipo: “rapariga”.

- Por se tratar de documentos sigilosos e, sobretudo, por questões éticas, serão apagadas quaisquer informações que possam identificar os envolvidos nos textos em análise. Esse apagamento será feito pela substituição dos nomes verdadeiros dos sujeitos (vítima, agressor) por nomes fictícios e pela sequência “xxx” para substituir outros dados (data de nascimento, números de documentos, endereços, telefone) que possam identificá-los, conforme exemplificado, a seguir.



“Aos oito (08) dias do mês de fevereiro do ano de (2011), nesta delegacia de polícia, onde presente se encontrava a Bela. **xxx**, Delegada de Polícia, comigo Escrivã(o) do seu cargo, compareceu a pessoa de **Helena P. Santos**, brasileira, casada, ASG, natural de **xxx**, nascida aos **xxx**, filha de **xxx** e de **xxx**, portadora da carteira de Identidade n. **xxx**, expedida no dia **xxx**, residente na Rua **xxx**, em frente a **xxx**, telefone **xxx**.”

- Uma representação discursiva não é construída como sendo desprovida de uma intenção ou propósito argumentativo. No caso do nosso *corpus*, em que os textos tratam de crimes de violência contra a mulher, as representações discursivas de vítima foram construídas na perspectiva de enunciadores distintos, o que justifica diferentes representações para o mesmo objeto de discurso.
- As representações de vítima encontram-se distribuídas em seções de enunciados, de acordo com a ordem em que os documentos se encontram organizados no inquérito: primeiro, no histórico da ocorrência, em seguida, nos termos de declarações da vítima e testemunhas, no auto de qualificação dos acusados e por último, no texto do relatório.

3. Análise das representações discursivas de vítima

3.1 No Boletim de ocorrência

A referência

Para a análise das representações discursivas de vítima foram selecionados os enunciados com as expressões lexicais que referenciam a mulher na condição de vítima. O referente foi identificado por meio de sintagmas nominais que assumem ora a função de sujeito da proposição-enunciada, ora a função de complemento verbal. Observem-se os exemplos seguintes.

IP01	Exemplos	O referente
En2	“A vítima informa que foi agredida e ameaçada de morte pelo o acusado acima citado que é seu cunhado, sem que houvesse motivo”.	“vítima”
En3	“Informa também que o mesmo a chamou de rapariga e de cachorra e que iria lhe quebrar a cara. Nada mais disse”.	“rapariga” “cachorra”



Como se pode ver, no histórico da ocorrência, a construção discursiva do referente “a vítima” dá-se por meio dos sintagmas nominais “rapariga” e “cachorra”. Esses sintagmas, semanticamente, apresentam um tom pejorativo, que funcionam, no texto do histórico, para destacar características, neste caso, negativas, relacionadas à imagem da vítima, contribuindo, assim, para construir uma representação negativa da mulher.

A predicação

Nos enunciados a seguir, observamos que, em seu papel temático, o referente “vítima” é designado como Paciente das ações descritas nos eventos expressos pelos verbos:

IP01	Exemplos	Predicação
En1	“A vítima relata que foi agredida pelo sogro de nome Arnaldo, sogra de nome Tereza e a cunhada de nome Paula, que residem praticamente no mesmo imóvel, que todos os autores do fato lhe agrediram todos juntos”.	“foi agredida” “agrediram”
En2	“A vítima informa que foi agredida e ameaçada de morte pelo seu cunhado, sem que houvesse motivo”.	“foi agredida e ameaçada”

Como podemos observar, nos enunciados (En1) e (En2), a imagem do referente “vítima” foi construída a partir das estruturas predicativas “foi agredida” e “foi agredida e ameaçada de morte”. O uso dessas predicções, no texto do histórico, funciona estrategicamente para construir a imagem de vítima: “agredida”, “agredida e ameaçada”. Observe-se que essa imagem é ampliada pela estrutura “todos os autores do fato **lhe agrediram** todos juntos”, em que a ocorrência do pronome “todos” antes do SN “os autores do fato” dá a ideia de totalidade e após o SV “agrediram”, a ideia de simultaneidade temporal.

IP01	Exemplos
En2	“A vítima informa que foi agredida e ameaçada de morte pelo seu cunhado, sem que houvesse motivo ”.



É interessante observar que a partícula “sem” antes da construção verbal “houvesse motivo” funciona no sentido de uma negação, a vítima foi agredida pelo cunhado “sem que houvesse motivo”. Aqui, parece que o enunciador, em seu discurso, apresenta uma visão “instrumental” da violência, em que a prática desta se constitui como um meio punitivo de comportamentos tidos como desviantes e ou rebeldes.

A localização espaço-temporal

Os localizadores têm a função de indicar, no texto, as circunstâncias em que se desenvolveram os processos e os participantes na construção das representações discursivas. No boletim de ocorrência, esses elementos aparecem logo no início do documento, no espaço reservado para especificar a natureza da ocorrência, conforme se pode observar, nos exemplos a seguir:

Exemplos (IP01)	Localizadores
Natureza da Ocorrência: violência doméstica Local do fato: Residência do sogro Data e hora do fato: 25/01/2011 às 22 horas	“Residência do sogro” “25/01/2011 às 22 horas”
Natureza da Ocorrência: agressão física e ameaça Local do fato: Praia do Meio Data e hora do fato: 26/01/2011 às 20 horas	“Praia do Meio” “26/01/2011 às 20 horas”

Conforme se observa, nos exemplos acima, a vítima foi agredida em dois momentos distintos, o que justifica terem sido gerados dois boletins de ocorrência diferentes: “violência doméstica”, “agressão física e ameaça”. No primeiro momento, a violência ocorreu em espaço privado, na “residência do sogro”, já no segundo, a agressão aconteceu em via pública. Observe-se, ainda, que as agressões ocorreram em dias consecutivos (25/01 e 26/01) e no período noturno (22h e 20h). Essas informações são importantes no texto do histórico, pois servem para informar as circunstâncias em que o delito aconteceu.



3.2 No Termo de depoimento e declarações da vítima

A predicação

Observe-se o exemplo (12) a seguir:

(12) Inquirida acerca dos fatos que deram origem ao presente feito, RESPONDEU: Que a declarante **é casada** há 01 (um) ano com Rafael; Que o casal **tem um filho** com 12 anos.

Como se observa em (12), a declarante (neste caso, a vítima) inicia o seu depoimento com uma informação importante: “é casada” e “tem um filho”. Essa informação contribui para construir uma imagem positiva da “vítima”, em sua condição de mulher enquanto esposa e mãe. Possivelmente, a vítima, para construir essa imagem positiva de si, tenha evocado, em sua memória, os conhecimentos que envolvem a figura do ser esposa e do ser mãe, bem como, a valorização do papel que essa figura representa na instituição família. Dessa forma, não é a mulher, na condição de sujeito no mundo que é valorizada, mas sim, o papel que ela assume (esposa, mãe) que lhe confere essa imagem positiva.

Observem-se os enunciados a seguir:

IP01	Exemplos
En3	“Paula começou a agredi-la verbalmente com palavras de baixo calão do tipo: rapariga”;
En7	“Que Tereza e Arnaldo começaram a empurrar com força a vítima, encurralando-a no banheiro”;
En11	“Que Paula, Tereza e Arnaldo, também, agrediram verbalmente a vítima com palavras de baixo calão do tipo: cachorra, satanás, rapariga!”;
En16	“Que Marcos a agrediu fisicamente, empurrando duas vezes com força a vítima”.
En17	“Que Marcos começou a agredir verbalmente a vítima [...]”;
En18	“Que Marcos também ameaçou a vítima dizendo: “vá fazer o BO que eu te mato!”;
En21	“Que a vítima afirma que não foi a primeira vez que foi agredida verbalmente pelos acusados, pois já ocorreram outras confusões”;
En26	“Que a vítima deseja representar criminalmente contra as pessoas de [...]”.



Nos enunciados (En3, En7, En11, En16-18) a vítima descreve, por meio dos eventos expressos pelos verbos em destaque, as ações de violência que recaíram sobre ela, bem como aponta os seus agressores. Nesse caso, os acusados assumem o papel temático de Agente (os participantes que praticam as ações expressas pelos verbos) e a vítima o papel temático de Paciente (o ser que sofre o efeito da ação verbal, mudando de estado em consequência dela: passou de não agredida para agredida).

Note-se que no enunciado (En18), o produtor do texto lança mão do conector “também” estabelecendo uma relação de soma aos atos já mencionados, a fim de enfatizar a ação violenta praticada por um de seus agressores, acrescentando que este, além de tê-la agredido física e verbalmente, ainda a ameaçou de morte, caso ela formalizasse a denúncia na delegacia. Dessa forma, ao reconstruir em seu depoimento as imagens da violência sofrida (uma sucessão de ações violentas), as escolhas linguísticas utilizadas pela vítima deixam clara a sua intenção de influenciar na decisão de punir os culpados, conforme se observa nos enunciados (En21 e En26), em que a vítima informa sobre a reincidência das agressões (En21) e expressa o desejo de “representar criminalmente contra” os seus agressores (En26). Vejam-se, no quadro, adiante, as predicções que colaboram para a construção das imagens da violência praticada contra a vítima:

Agressores	Predicações verbais
Paula	“começou a agredi-la verbalmente”
Tereza e Arnaldo	“começaram a empurrar com força ”, “ encurralando-a ” “ agrediram verbalmente”
Marcos	“a agrediu fisicamente, empurrando duas vezes com força” “começou a agredir verbalmente” “também ameaçou ”.

Essas predicções funcionaram no sentido de expandir as intenções do enunciatador em representar-se a si mesmo na condição de vítima e, conseqüentemente, representar criminalmente contra os seus agressores. Observe-se que os processos verbais “**começaram a empurrar com força**”, “**encurralando-a**”, foram empregados com a finalidade de evidenciar o momento de submissão e medo vivido pela vítima ao ser submetida e exposta ao poder de seus agressores. É



interessante ressaltar, ainda, que o evento “empurrar” tem como Fonte da ação os agressores, que por sua vez, tem como Meta atingir a vítima, deixando-a encurralada, assumindo, assim, os papéis temáticos de Fonte e Meta, respectivamente.

Observe-se o uso de outros verbos no quadro, a seguir.

IP01	Exemplos
En4	“Que Paula não deixou a vítima falar e começou a gritar”
En13	“Que, em razão das agressões, a vítima ficou machucada no braço direito, colo e ficou com o lado esquerdo da cintura roxa”
En24	“Que após o fato, a vítima ficou com medo e saiu de casa”.

Semanticamente, o verbo “ficou”, no pretérito perfeito, revela as mudanças provocadas no referente “vítima” (“machucada”, “com medo”), estabelecendo assim uma relação de Causa e Consequência: “em razão das agressões” “ficou machucada”, “com medo” “saiu de casa”. A violência é intensificada pela partícula de negação “não”, que antecede a predicação verbal “deixou a vítima falar” (En4), informando que foi negado à vítima o direito de falar, de defender-se. Assim, o emprego desses verbos reforça a imagem de “vítima” que o enunciador intenciona focalizar.

3.3 No Termo de depoimento e declarações das testemunhas

A modificação

Observemos agora, nos enunciados seguintes, como a imagem do referente “a vítima” é construída na perspectiva das testemunhas.

IP01	Exemplos
En1	“A depoente afirma que no dia 26/02/2011, no período da manhã, <u>a vítima</u> e o filho chegaram nervosos e chorando ”
En2	“Que <u>a vítima</u> estava com um ferimento no braço e na cintura ”
En3	“Que <u>a vítima</u> [...] foi agredida verbalmente por esta, pelo sogro e a sogra”



En4	“Que a depoente também soube por meio da <u>vítima</u> de que esta, desorientada com a situação...”
En5	“Que a <u>vítima</u> foi à delegacia para registrar a ocorrência e dormiu na casa de uma amiga porque ficou com medo de que algo lhe acontecesse”.

Como se percebe, em destaque, a representação do referente “a vítima”, a partir do depoimento das testemunhas, compõe-se de expressões modificadoras que desempenham nos enunciados funções atributivas, destacando as aspectualizações do referente: “ferida”, “agredida”, “nervosa”, “desorientada”, “com medo”. Observe-se no quadro, adiante, que essas aspectualizações contribuem para especificar a violência física e emocional (psicológica) praticada contra a vítima, como também, evidenciar os efeitos que essa violência provoca no referente “a vítima”.

Referente	Aspectualizações do referente
A vítima	“ferida” } violência física “agredida verbalmente” } violência psicológica “nervosa” } consequência “desorientada” } consequência “com medo” } consequência

3.4 No Auto de qualificação e interrogatório dos acusados

A referência e os modificadores

Nos depoimentos dos acusados, a representação discursiva do referente “a vítima” é composta pelos modificadores “muito nervosa”, “descontrolada”, “tão transtornada”, “fumaçando” e “parecia endemoniada”. Esses modificadores evidenciam e acentuam ainda mais o estado emocional do referente, no sentido de colaborarem para construir uma imagem negativa da “vítima”, ou seja, descrevem a imagem de uma mulher totalmente sem controle de si e da situação. É o que se depreende das expressões em destaque, adiante.



IP01	Exemplos	Modificadores do referente
En9	“Que lembra que no dia Pedro estava muito bagunceiro, motivo pelo qual mandou ele entrar em casa e não sair mais, e que a noite chegou a <u>mãe</u> dele, muito nervosa , dizendo que não aguentava mais essa situação, que o filho dela não era saco de pancada”.	“muito nervosa”
En10	“Que é <u>sogra de Helena</u> [...] percebeu que <u>Helena</u> , descontrolada , ia agredir sua filha, resolveu segurá-la”.	“descontrolada”
En11	“Que nunca tinha visto <u>Helena</u> tão transtornada , parecia outra pessoa”	“tão transtornada”

Veja-se que, nos enunciados (En9) “muito nervosa” e (En11) “tão transtornada”, os termos “muito” e “tão” intensificam a propriedade dos adjetivos “nervosa” e “transtornada”, ressaltando o estado de nervosismo e de transtorno do referente “vítima”. Pode-se inferir que, no depoimento dos acusados, o uso desses intensificadores foi utilizado de forma intencional, provavelmente para tentarem justificar a agressão praticada contra a vítima, levando a crer que, uma vez que o estado em que ela se encontrava naquele momento precisava ser controlado, a violência física havia sido necessária.

Analogia

Observem-se os exemplos do quadro a seguir, em que foram destacados elementos linguísticos discursivos que estabelecem relações analógicas.

IP01	Exemplos	Analogia
En13	“Que percebeu que <u>Helena</u> estava fumaçando e viu que vinha confusão”	“fumaçando”
En14	“Que <u>Helena</u> parecia endemoniada ”.	“endemoniada”

No depoimento de um dos acusados (En13, En14), nas predicções “estava fumaçando”, “parecia endemoniada”, ele [o acusado] utiliza essas expressões metafóricas para caracterizar o estado emocional da “vítima” por predicção sociocultural negativa e, com isso, também,



justificar a ação violenta por ele praticada: “estava fumaçando” (ela estaria tomada de forte ira); “parecia endemoniada” (ela estaria agindo como se estivesse sob uma possessão demoníaca). Nesse segundo caso, o termo “endemoniada” requer do interpretante a ativação de seu conhecimento de mundo, pois a expressão remete a uma palavra bastante utilizada por algumas religiões/seitas, significando “aquele que possui sobre si espíritos malignos”. Do mesmo modo, o termo “fumaçando” evoca, ainda, em nossa memória discursiva, a imagem de algo destruidor, ameaçador, por estar associado ao fogo (no caso, fora de controle).

3.5 No relatório elaborado pela delegada

No relatório elaborado pela delegada, a representação discursiva de “vítima” (retomado como “a vítima”) é construída, inicialmente, a partir de expressões que a qualificam e a identificam como sendo “nora de” “cunhada de”, destacando o grau de parentesco da vítima com os seus agressores. Por sinal, essa representação remete a resultados estatísticos² que revelam que, na maioria das vezes, os casos de violência contra a mulher ocorrem no ambiente familiar. Veja-se o exemplo, a seguir.

IP01	Exemplo	Relações predicativas
En15	“Consta no presente álbum Inquisitorial, que a vítima é nora de Tereza dos Santos, Arnaldo dos Santos, e cunhada de Paula Santos”.	“é nora de” “cunhada de”

Observamos, também, no texto do relatório, que o referente é tematizado nos vários segmentos do texto pelo termo “vítima”. Trata-se, pois, de uma estratégia do enunciador para manter em foco o referente discursivo do início ao fim do texto.

² Dados da pesquisa sobre violência contra a mulher, realizada pelo Senado Federal, revelaram que 73% das mulheres vítimas de violência, no Brasil, têm como seus agressores pessoas do convívio familiar, principalmente o próprio marido, companheiros, ex-companheiros e, por último, pessoas da família. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria/publicacao/pesquisa-violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres>.



IP01	Exemplos
En16	“Que no dia e hora acima citada, <u>a vítima</u> foi agredida fisicamente e verbalmente por todos os indiciados, a deixando toda machucada .”
En17	“Temos como meio de prova da prática delitiva, <u>a declaração da vítima</u> , prova oral acolhida e a cópia do atestado do ITEP de nº xxx da vítima.”
En18	“Por isto e por tudo que do presente Auto Policial, Peça Informativa consta e, principalmente em face da concatenação dos fatos trazidos à colação, resta sobejamente indvidosa a Autoria, inconteste a Materialidade e as Circunstâncias que ocorreu a conduta Delituosa perpetrada por Paula Santos, Tereza dos Santos e Arnaldo dos Santos”.

No relatório do inquérito, a construção da representação do referente “a vítima” deu-se por meio dos processos verbais “foi **agredida fisicamente** e **verbalmente** por todos os indiciados” e “a deixando **toda machucada**”. Essas expressões funcionam, no texto do relatório, como uma orientação argumentativa em favor da vítima (“agredida”, “toda machucada”), bem como um recurso discursivo indicial, que aponta para os responsáveis pelo delito praticado: “resta **sobejamente indvidosa** a Autoria, **inconteste** a Materialidade e as Circunstâncias que ocorreu a **conduta Delituosa** perpetrada por [...]”. O emprego dos sintagmas nominais “sobejamente indvidosa”, “inconteste”, “conduta delituosa” evidencia a estratégia argumentativa do produtor do texto para alcançar o seu propósito enunciativo: identificar e punir os responsáveis pela agressão praticada contra a vítima.

3.2 Representações discursivas da violência

Por pertencerem ao mesmo campo semântico, as representações discursivas de vítima se conectam a outras representações mais específicas, mais pontuais, conforme podemos observar nos enunciados do Quadro 4, a seguir, em que as representações discursivas da violência³ são construídas com base nas conexões semânticas que se estabelecem entre as imagens de vítima e as imagens da violência contra a mulher.

³ Em nosso *corpus*, observamos que os casos de violência praticados contra a mulher, registrados nos boletins de ocorrências e que geraram inquéritos policiais, são dos mais variados tipos (conforme especificados no Quadro_3, seção 1).



IP01	Exemplos
En3	“Paula começou a agredi-la verbalmente com palavras de baixo calão do tipo: rapariga ”;
En4	“Que Paula não deixou a vítima falar e começou a gritar ;
En7	“Que Tereza e Arnaldo começaram a empurrar com força a vítima, encurralando-a no banheiro”;
En11	“Que Paula, Tereza e Arnaldo, também, agrediram verbalmente a vítima com palavras de baixo calão do tipo: ‘ cachorra, satanás, rapariga! ’”;
En16	“Que Marcos a agrediu fisicamente , empurrando duas vezes com força a vítima”;
En17	“Que Marcos começou a agredir verbalmente a vítima”;
En18	“Que Marcos também ameaçou a vítima”;
En24	“Que após o fato, a vítima ficou com medo e saiu de casa”.

Quadro 4: Representações discursivas da violência

Como se pode observar, a violência contra a mulher é representada de diversas formas: agressões verbais no sentido de denegrir a imagem da mulher “cachorra, satanás, rapariga” (En3, En11, En17), negação do direito de defesa (En4), gritos (En4), empurrões (En7), agressões físicas (En16), ameaças (En18), medo (En24). Conforme se observa, a violência contra a mulher é representada para além da violência física (aquela que deixa marcas visíveis no corpo), o que significa que a ação de ameaçar, gritar, silenciar, isolar, provocar medo, denegrir a imagem, dentre outras, também constituem um ato de violência. Dessa forma, observamos que o ciclo da violência contra a mulher pode ser representado em duas fases: acumulação da tensão, expressa nas agressões verbais e a fase da explosão da tensão, expressa nas agressões físicas.

Para instituir sentidos oficiais sobre a violência contra a mulher, o discurso jurídico-legislativo na forma da Lei 11.340/2006, em seu Capítulo 1, que trata *Das disposições gerais*, Art. 5º, apresenta a seguinte definição de violência contra a mulher: “Para os efeitos desta Lei, **configura** violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2010, p. 13, grifo nosso). Conforme se pode notar, a definição da violência contra a mulher é inserida por meio do verbo “configura”, que introduz um ponto de vista sobre a violência enquanto um objeto que pode ser falado e definido em termos jurídicos. Tal olhar sobre



esse objeto de discurso (a violência contra a mulher) produz efeitos de objetividade, delimitando a prática da violência em “[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2010, p. 13). Essa definição amplia os sentidos da violência contra a mulher para formas não físicas (aquelas que não deixam marcas no corpo), permitindo que se fale em violência para fora do aspecto visível, ampliando a questão para o sofrimento “psicológico e os danos morais” e, além disso, para as condutas baseadas na omissão.

Embora a temática da violência contra a mulher não seja o foco da nossa pesquisa, ressaltamos que esse tipo de violência, principalmente na relação conjugal, constitui ainda hoje um espaço de lutas e reivindicações. De fato, denunciar um ato de violência conjugal retira-o do âmbito privado e transforma-o em objeto visível. Diante disso, compreendemos que o estudo das representações discursivas da violência contra a mulher pode trazer sinais de avanços na compreensão desse tipo de violência, posto que esta passa a ser entendida para além dos aspectos físicos, dando ênfase a outros tipos de violência às quais muitas mulheres são submetidas e que, muitas das vezes, não é percebida como violência.

Conclusão

Em nossas análises, para abstrairmos a construção das representações discursivas de vítima, observamos as ocorrências das categorias teóricas de referenciação, predicação, modificação, localização espaço-temporal e de analogia nos textos de um inquérito policial. Esse conjunto de categorias empregadas, todas contribuíram, em maior ou menor escala, para construir o conjunto de representações nos textos selecionados. A referenciação e a predicação representaram as categorias mais expressivas, seguidas da modificação, pelo emprego de termos e ou expressões que qualificam e caracterizam o referente. Quanto às categorias comparação e localização espaço-temporal, estas ocorreram em menor escala, mas também foram cruciais para compor os significados gerados pela relação com as outras categorias e construir as representações discursivas. Em nossa inferência analítica, partimos do pressuposto de que toda a manifestação de linguagem apresenta uma orientação argumentativa. No caso, a representação discursiva de vítima, nos documentos analisados, é construída de modo diverso, nos vários documentos do



inquérito, conforme as perspectivas (ou ponto de vista) das fontes enunciativas por intermédio das quais se tenta reconstituir o fato imputado como delituoso - a agressão contra uma mulher.

Em função de suas ações de linguagem (visadas, objetivos), em situações enunciativas marcadas por uma delegacia de polícia, tem-se a construção discursiva de uma imagem institucionalizada por vozes (enunciadores) documentadas e, como tal, instituídas como fontes autorizadas de um dizer constitutivo da figura jurídico-policial “vítima”. Desse modo, a partir do que dizem, nos textos analisados, a própria vítima, as testemunhas, os acusados e a delegada, as imagens ou representações de “a vítima” podem ser consideradas, enunciativamente, como o efeito de estratégias argumentativas no sentido de promover ações discursivas próprias da formação sócio-discursiva jurídico-policial. Ali, em sua feição geral, considerados suas especificidades genéricas, como é o caso dos documentos do inquérito policial, os textos tratam de questões práticas que pretendem, em última instância, promover a institucionalização de ações de acusação e de defesa. Nos limites de seu âmbito teórico e metodológico, o estudo das representações discursivas, como aqui esboçado, pretende contribuir para uma melhor compreensão dessas ações.

Referências

- Adam, Jean-Michel (2011a) *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2011b) Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Amossy, Ruth (org.). 2 ed. São Paulo: Contexto, pp. 93-118.
- Amossy, Ruth (2011) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto.
- Brasil (2010) [*Lei Maria da Penha (2006)*]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.
- Caldes, Ana (2009) Esquematização e interpretação de texto(s). In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* (4) Edições Colibri, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, pp. 63-78.



- Cavalcante, Mônica Magalhães (2011) *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC.
- Charaudeau, Patrick (2012) *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.
- Charoux, Ofélia Maria Guazzelli (2004) *Metodologia: processos de produção, registro e relato do conhecimento*. São Paulo: DVS Editora.
- Grize, Jean-Blaize (1990) *Logique et langage*. Paris: Ophrys.
- _____ (1996) *Logique naturelle et communications*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Koch, Ingedore G. Villaça & Elias, Vanda Maria (2006) *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.
- Koch, Ingedore G. Villaça (2011) *Argumentação e linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez.
- Neves, Maria Helena de Moura (2006) *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto.
- Perini, Mário Alberto (2006) *Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____ (2010) *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Queiroz, Maria Eliete (2013) *Representações discursivas no discurso político: “Não me fiz sigla e legenda por acaso”: o discurso de renúncia do senador Antônio Carlos Magalhães (30/05/2001)*. Dissertação de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Ramos, Milton Guilherme (2011) *Representações discursivas de ficar e namorar em textos de vestibulandos e pré-vestibulandos*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Rodrigues *et al.* (2010) “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. In *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, pp. 150-195.

